



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A RELAÇÃO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA
MORAIS PESSÁMILIO**

NIARA CRISTINA MEIRA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A RELAÇÃO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA
MORAIS PESSÁMILIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Wanderléa Mendes Guedes

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Niara Cristina Meira

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A RELAÇÃO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS PESSÁMILIO

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em outubro de 2013 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

(Professor – Avaliador)

Professora Wanderléa Mendes Guedes (Orientadora)

Niara Cristina Meira - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à DEUS por tudo que tens me proporcionado na vida.

À minha família que luta diariamente ao meu lado transmitindo fé, amor, alegria, coragem e competência, tornado meus dias mais felizes.

Aos meus professores e amigo, que compartilharam deste estudo.

A minha orientadora, pelo seu comprometimento e responsabilidade na condução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à DEUS que iluminou e abençoou meu caminho durante esta trajetória.

À minha família pela atenção e carinho incondicionais pela minha pessoa.

À todos os meus amigos que me apoiaram, e me ajudaram a vencer mais uma etapa na minha vida.

“É que a democracia como qualquer sonho,não se faz com palavras,lembranças,mais com reflexões e prática.”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho apresenta um trabalho sobre a democratização no âmbito escolar da Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio, refletindo sobre a gestão democrática nas escolas da rede pública e o papel do gestor no sentido de garantir a participação da comunidade escolar nas decisões de âmbito pedagógico, financeiro e administrativo, analisando ainda o PPP o gestor escolar não tem autonomia para a tomada de decisões, enfim, à escola deve abrir-se à participação de todos os segmentos que constitui a comunidade escolar, para que tenha vez e voto. A gestão democrática é um exercício, fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária, estabelecendo o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola.

Palavra chave: Gestão Escolar Democrática, Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E A RELAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS PESSÁMILIO.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	15
ANEXO PPP- Projeto Político Pedagógico.....	

INTRODUÇÃO

Quando se pensa na escola e na educação é pensar em qualidade de ensino e de serviço prestados à sociedade em constante transformação. Então a importância de elaborar um Projeto Político Pedagógico, que reflète a identidade da instituição e a direção na qual ela vai caminhar.

O Projeto Político Pedagógico é um processo de discussão e reflexão permanente da escola, lugar de concepção, realização e avaliação, segundo Libâneo (p. 152 e 153).

A escola que consegue elaborar e executar, em trabalho cooperativo, seu Projeto Político Pedagógico demonstra maturidade de sua equipe, de bom desenvolvimento profissional de seus professores, da capacidade de liderança da direção e de envolvimento de toda comunidade escolar

Entende-se que o Projeto Político Pedagógico é um resultado de intencionalidade e trabalho coletivo; onde se busca metas comuns que intervêm na realidade sócio cultural da comunidade escolar. Partindo dessa reflexão, pode-se considerar que o Projeto Político Pedagógico é a chave do contexto democrático, ou seja, a gestão democrática necessita de caminhos para acontecer e garantir a autonomia da escola para gerir as dimensões pedagógicas e administrativas, bem como os recursos financeiros.

Segundo Ilma Veiga (2002, p. 18): “a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois se trata da participação *crítica* na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão.” Assim, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio, foi elaborado por toda equipe pedagógica e pela comunidade escolar, expressando os desejos e as intenções educacionais, possibilitando estabelecer metas e planejar ações a serem desenvolvidas.

Por mais que se almeje uma gestão democrática, isto está longe de tornar uma realidade nesta escola, sendo uma instituição Municipal os interesses políticos

influenciam a administração. Retendo assim certas autonomias da gestão escolar. Mesmo ciente da importância do Projeto Político Pedagógico, como um documento que expressa o desejo de toda a comunidade escolar e que necessita de constante avaliação por parte da escola, é visto apenas para cumprir formalidades burocráticas.

Daí a necessidade de falar sobre a gestão Democrática e as relações como projeto político pedagógico. Com a finalidade obter uma educação participativa a escola precisa buscar compreender uma gestão democrática verdadeira, só acontece quando todos se unem e percebe sua importância e necessidade.

DOURADO (2000), apresenta uma função do gestor extremamente política:

“A administração escolar configura-se, antes do mais, em ato político, na medida em que requer sempre uma tomada de posição. (...)Entendemos que a administração escolar, por não se resumir à dimensão técnica, mas por configurar-se como ato político, tem a sua trajetória reduzida, no bojo desta modalidade, à rotinização das atividades administrativas e burocráticas, secundarizando, desse modo, a compreensão mais abrangente do processo político-pedagógico.” (pp. 82-83).

Assim o objetivo deste trabalho é refletir o processo de uma gestão democrática pública. Além de identificar mecanismos utilizados pela escola para assegurar a gestão democrática, compreender o conceito de Projeto Político Pedagógico e a importância deste documento para constituição escolar.

Como referências teóricas da análise desse trabalho foi realizado por meio de leituras temáticas da democracia os que defendem uma gestão participativa na escola pública, com a importância de se elaborar um projeto político-pedagógico de forma participativa.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E A RELAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS PESSÁMILIO

Sabendo que a educação é um direito de todos, tem-se buscado princípios para construir uma educação de qualidade para todos. Um desses princípios elegem a gestão democrática como um dos meios para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, outônoma e capaz de integrar-se ao processo de tomada de decisão.

Assim, verifica-se que a gestão democrática é um exercício de cidadania fundamentais para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária, estabelecendo o controle da sociedade civil sobre a escola.

Segundo Freire (1995, p.34)

(...) a democratização da educação passa pela democratização do conhecimento produzido e isso só será possível através da gestão onde se busca a transformação da sociedade e da escola por meio da participação de todos.

Para que aconteça essa transformação, a escola precisa trabalhar de forma coletiva, envolvendo todos os que fazem parte, direta ou indiretamente do processo educacional. Precisa-se de estratégias para construir uma escola não verticalizada e sim, uma instituição com o poder compartilhado; com união, integração e parceria, visando ao cumprimento de seus objetivos, na resolução dos problemas, na tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação de plano de ação.

Na educação essas mudanças só iram acontecer se a gestão democrática estiver baseada no seu Projeto Político Pedagógico, que tem como objetivo permitir que seja um educandário eficaz, uma vez que é exigindo para sua elaboração, uma reflexão sobre o ensino aprendizagem dos alunos, além de maximizar o seu

potencial e criar os recursos necessários para superar dificuldades e adequar a escola á modernidade e ás exigências da sociedades.

Citando Veiga,(2001,p15)

[...]Construir em projeto pedagógico significa enfrentar Os desafios da mudanças e da transformação,tanto na Forma como a escola organiza o seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados o que implicar o repensar da estrutura e poder da escola.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio que foi elaborado de forma participativa ,como o primeiro passo para a democratização da gestão escolar, pois o coletivo da escola acredita que isso é a grande importância para organizar da instituição garantindo a ela, efetuar uma educação de qualidade para todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Mas o Projeto Político Pedagógico deixa a desejar em alguns aspectos principalmente em relação com a gestão da escola que estar longe de ser uma gestão democrática, por ser uma instituição de ensino municipal os interesses político influenciam nas decisões a serem tomadas. Assim, a gestão da escola se traduz como um ato político ,que implica na tomada de decisão.

Outro fator relevante é a inexistência de do conselho escolar que funciona como órgão de deliberação coletiva na estrutura de uma gestão dos do sistema de ensino em parceria com a direção. Esse conselho tem como função de deliberar, normatizar, fiscalizar para juntos tentar resolver problemas, que surgirem no âmbito escolar. Assim o conselho será um instrumento de tradução de anseios da comunidade, não de legitimação da voz da direção.

A criação de um conselho na Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio seria de grande importância na construção de uma gestão participativa, onde todos teriam voz e vez na tomada de decisões , só assim os interesses político não influenciariam nas decisões a serem tomadas e o Projeto Político Pedagógico da escola deixaria de ser um simples documento engavetado para apenas cumprir formalidades burocrática.

Segundo CURY (2000, p.50):

Faz parte da dialética de um Conselho ser um órgão colegiado, ser um corpo colegiado. Membros de igual dignidade, com responsabilidades comuns, devem fazer o esforço de, coletivamente (co), fazer uma leitura (legium) racional e dialógica dos problemas próprios daquela instituição social.

Sendo o Conselho Escolar é um órgão importante no processo de construção de uma gestão democrática por ter representantes de todos os segmentos da escola, a Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio necessita fortalecer o seu Conselho Escolar, pois a sua criação não garante a gestão democrática, precisa funcionar de forma adequada e um dos primeiros pontos que se deve trabalhar é a conscientização dos participantes quanto sua importância e reconhecê-lo como um instrumento de luta e melhoria na educação da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos do trabalho pode-se analisar que a educação brasileira enfrenta o desafio de oferecer uma educação de qualidade a todos, e do ponto de vista ideal, a gestão escolar está associada ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico e a participação responsável por todos na tomada de decisões.

É preciso coragem e firmeza nas tomadas de decisões rompendo com as estruturas organizacionais envolvendo a vontade política da comunidade, afastando-se do individualismo para se chegar ao diálogo, pois só assim cria-se uma consciência coletiva dando a escola, a oportunidade de cumprir sua missão que é de desenvolver, construir o saber dentro do processo dinâmico.

A participação em uma sociedade democrática como membro responsável exige que se produzam mudanças e renovações na organização da escola, assim como modificações na função dos educadores – Juan Deval (2003, p.49)

E para a escola ser democrática, é fundamental que haja abertura para que todos segmentos possam dar suas opiniões, que tenham liberdade de expor suas ideias, discuti-las, escolher a melhor e executar as ações e projetos com apoio da direção e equipes que fazem parte da comunidade escolar, fazendo com que as decisões sejam responsabilidades em conjunto.

Concluir ainda que houve avanço na implementação do processo democrático e participativo da gestão da escola, mesmo que não suficientes, mas que permaneçam na rotina dos processos escolares, e que o PPP é um documento que favorece a construção da gestão democrática e assegura o direito de toda a equipe escolar e comunidade participarem das decisões da escola.

REFERENCIAS BIBIOGRAFICAS

AZEVEDO,J. Maria Lins O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.2010.Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg

CURY, C. Roberto Jamil,O Direito a Educação Um Campo de atuação do gestor educacional na escola.

FREIRE, Paulo, Professora Sim, Tia Não.p,91São Paulo, Layola,1997

GONCALVES,J. dos Santos e Carmo Raimundo Santos. Gestão e o Processo de Tomada de Decisão.Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg.

LIBANEO, J. Carlos , Organização e Gestão Escola Teoria e Pratica. (P.152,153)

MATIAS LOBATO, Projeto Político Pedagógico, Matias Lobato: Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio-2012

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Conselho Escolar: estratégia de gestão democrática. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg

OLIVEIRA, J. Ferreira, A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico.Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg.

SOUZA, Â. Ricardo de Caminho Possível na Construção da Gestão Democrática da Escola. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg.

VEIGA, I. Passos, Projeto Político Pedagógico da Escola Uma Construção Possível.13.Campinas, Papiros, 2001

ANEXO



escola de gestores
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS
PESSAMÍLIO

NIARA CRISTINA MEIRA
MARIA HELENA DE OLIVEIRA SIMÕES
MARIA DA PENHA PARADELO MEIRELES

BELO HORIZONTE, 2013

**NIARA CRISTINA MEIRA
MARIA HELENA DE OLIVEIRA SIMÕES
MARIA DA PENHA PARADELO MEIRELES**

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANA MORAIS
PESSAMÍLIO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Wilma Aparecida Soares Luna do curso de especialização em gestão escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1 Estrutura organizacional administrativa	07
2.2 Estrutura organizacional pedagógica	08
3.CURRÍCULO.....	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5. PROCESSO DE DECISÃO.....	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	17
7. AVALIAÇÃO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	21

INTRODUÇÃO

O presente documento trata-se do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio, município de Mathias Lobato (MG). Está organizado a partir dos seguintes eixos: Introdução, Finalidades da Escola, Estrutura Organizacional Administrativa, Estrutura Organizacional Pedagógica, Currículo, Tempos e Espaços Escolares, Processos de Decisão, Relações de Trabalho e Avaliação.

A Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio, integra a rede municipal de ensino e está situada à Rua Vereador Francisco José Cardoso, nº 138, Centro, Mathias Lobato (MG). Foi criada pela Resolução nº 8524/98 que autoriza a municipalização de turmas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental da Escola Estadual Paulo Luiz de Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). Situada na Praça Arthur Bernardes n 40, no município de Mathias Lobato, conforme a lei municipal nº 470, de 23 de julho de 1997, alterada pela Lei Municipal nº 476, de 18 de novembro de 1997. É mantida pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação.

A escola se organiza em ciclos, fundamentada na Resolução SEE (Secretaria Estadual Educação) Nº 1086, de 16 de abril de 2008 da SEE - MG, sendo o ciclo da Alfabetização em 3 (três) anos (1º, 2º, 3º ano) e ciclo complementar de dois (2) anos (4º, 5º ano).

Esta instituição educacional propõe desenvolver o educando, assegurando - lhe a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo - lhe meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores, como propõe a Constituição Federal de 1988.

Todos os funcionários, num trabalho coletivo, envolvem-se no processo educativo, para que a missão da escola e da comunidade seja cumprida. O resultado esperado é a possibilidade de os alunos terem uma experiência escolar coerente e bem sucedida.

O Projeto Político Pedagógico dessa escola, elaborado por toda a equipe pedagógica e pela comunidade escolar, expressa os desejos e as intenções

educacionais, possibilitando estabelecer metas e planejar ações a serem desenvolvidas a médio e longo prazo.

Conforme afirma Gadotti (2.000, p.38),

Fazer um projeto significa lançar – se para frente, antever o futuro. O projeto é, pois um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa.

O objetivo do Projeto Político Pedagógico é definir meios para que a escola possa alcançar seus objetivos, maximizando o seu potencial e criando os recursos necessários para superar dificuldades já observadas ou de possível provisão, adequando a escola à modernidade e às exigências da sociedade.

Citando Vasconcellos (1995, p.143),

O projeto Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativo. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Portanto, observado o envolvimento de todos os segmentos da instituição e da comunidade local na elaboração do PPP, este torna-se um importante instrumento de gestão democrática, cujo princípio é a participação.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Professora Ana Morais Pessamílio tem como missão, garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente, propondo uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas e econômicas.

A escola prima pela preparação para a vida, oportunizando aos alunos tornarem-se cidadãos participativos, que se posicionam de maneira crítica, responsável e que utilizam o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas, cidadãos que construam sua própria história.

Conforme afirma Freire (1995, p. 38),

Como qualquer sonho, a democracia não se faz com palavras desencarnadas, com reflexão e prática. Reafirmando, a democracia não se constrói apenas com discurso, mas necessidade de ações de práticas que possam corporificá-la. E isso costuma levar tempo para aprender. Mas, sem dúvidas, só se aprende a fazer fazendo, experimentando, errando e acertando. Então é preciso criar espaços para a participação de todos na escola, para se aprender a exercitar a democracia.

A Escola tem por finalidade proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para sua auto-realização, preparação para o exercício consciente da cidadania e prosseguimento de estudos, observando as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, em seu artigo 32.

Pretende-se criar meios e condições favoráveis ao indivíduo, que vão de encontro aos seus interesses e aptidões, que favoreçam o cultivo de valores morais e éticos, necessários à sua formação integral, agindo como elo de interação entre a família e a comunidade, incorporando sua experiência de vida ao currículo escolar, possibilitando o seu enriquecimento no processo educativo e da coletividade.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio possui prédio próprio, construído em 2007 e entregue à comunidade em fevereiro de 2008. Apesar de ser um prédio novo, passou por reforma no ano 2012, pois o mesmo foi entregue com defeito na sua estrutura.

A escola possui uma cantina bem equipada que atende às necessidades, mas não conta com refeitórios. Os alunos merendam nas salas de aula, junto com os professores. São 10 minutos destinados à merenda e 20 minutos para o recreio.

A escola possui banheiros femininos e masculinos, adaptados para deficientes físicos. Há uma biblioteca pequena, uma sala de vídeo que precisa de mobília, salas de aula bem equipadas, laboratório de informática, secretaria bem mobiliada, uma sala de professores confortável e uma sala que é dividida com a direção e a supervisão da escola.

A escola atende cerca de 400 alunos, divididos em dois turnos, distribuídos em 18 turmas. Para a sua administração, conta com um diretor legalmente habilitado nos termos da legislação de ensino para o exercício do cargo, indicado pela entidade mantenedora.

O cargo de Vice-Diretor é exercido por profissional legalmente habilitado, indicado pelo Diretor e pela entidade mantenedora. A Secretaria está subordinada à Direção e é encarregada do serviço de escrituração e registro escolar de pessoal, de arquivo, fichário e preparação de correspondência do estabelecimento.

A função de Secretário é exercida por profissional que tenha habilitação exigida por lei.

A constituição, composição, funcionamento e provimento dos Serviços Auxiliares obedecem às conveniências administrativas e às normas da Direção do Estabelecimento e da entidade mantenedora.

Os Serviços Auxiliares são vinculados à Direção e se responsabilizam pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do

patrimônio, da segurança e do funcionamento das atividades de apoio e do Estabelecimento.

A Biblioteca-Videoteca desta escola tem por finalidade auxiliar no desenvolvimento do currículo, dos programas específicos e das atividades escolares em geral, constituindo uma fonte de informação, leitura e consultas para alunos e professores, ainda cuidando da catalogação, guarda e fornecimento para uso de livros e material áudio-visual.

A Biblioteca-Videoteca fica sob a responsabilidade de um funcionário designado pela Direção.

O sistema de supervisão promoverá a articulação entre os demais serviços, em busca da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A Supervisão Educacional é um processo dinamizador do crescimento pessoal e profissional dos educandos e coordenador das atividades docentes, cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

Pessoal Docente se constitui de todos os professores, portadores de habilitação prevista na legislação de ensino aplicável.

A escola é mantida pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e só pode contar com doações voluntárias dos pais, isto é, não pode ser exigida nenhuma contribuição financeira do aluno.

Por mais que se fale em gestão democrática financeira, o diretor não tem total autonomia sobre os recursos, pois os mesmos vem para a escola com destino pré – definido, com o que deve ser gasto durante o ano. A escola depende de repasse da SME, que nem sempre é repassado de forma adequada, ou seja, deveria diminuir a burocracia dando mais autonomia ao gestor.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental, dividido em dois ciclos: Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de alfabetização.

Os turnos são divididos de acordo com as necessidades da clientela, pois são atendidos alunos oriundos da zona rural. No turno da manhã há 9 (nove) turmas, sendo, 2 (dois) primeiros anos, 1(um) segundo ano, 1(um) terceiro ano, 2 (dois) quartos anos, 2 (dois) quintos anos e uma sala de intervenção.

No turno da tarde há 10 (dez) turmas, sendo 2 (dois) primeiros anos, 2 (dois) segundos, 2 (dois) terceiros anos, 2 (dois) quartos anos, 1(um) quinto ano, 1(uma) sala de intervenção.

No total a instituição conta com 22(vinte e dois) professores e um auxiliar de biblioteca, destes, apenas 4 (quatro) docentes e a auxiliar de biblioteca não possuem graduação.

Há 3 (três) auxiliares de secretaria, 1 (uma) secretária e 2 (duas) supervisoras, divididas em dois turnos.

Todos os professores são PI, pois não há plano de carreira no município.

A escola promove reuniões mensais, chamadas de modulo II coletivo, onde discute e estuda o que foi proposto no planejamento bimestral, avalia-se a prática educativa e busca a proposição de alternativas para a melhoria do trabalho escolar.

Percebe - se a necessidade da elaboração de um projeto de ensino e de aprendizagem de leitura, mais coerente com a realidade dos alunos, que desperte o interesse, ampliação e enriquecimento de suas práticas de leitura.

A Escola desenvolverá projetos como: Educação Ambiental, Projeto de Leitura, Projeto de Recuperação Intensiva (PRECI), Jogos Interclasses e exposição de projetos realizados durante o semestre. As atividades a serem desenvolvidas deverão ser variadas, de acordo com as necessidades da comunidade escolar, pois entende-se que a escola é um espaço significativo de aprendizagem para todos que dela fazem parte.

Nesta proposta será permitida aos alunos a liberdade de expressão, proporcionando o aprender a aprender, saber pensar, aprender a fazer, excluindo-se a recepção passiva.

Deverão ser usadas técnicas de alfabetização que possibilitem a relação teórica e prática, ação e compreensão, experiência concreta do aluno e conhecimento organizado.

As estratégias de ensino devem possibilitar uma relação da experiência do aluno com o saber produzido na sociedade.

As metodologias deverão ser avaliadas e reformuladas, com o objetivo de promover a aprendizagem dos conteúdos básicos por todos os alunos, de forma integrada e interdisciplinar.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais,

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p. 88-89).

O aluno aprenderá participando, formulando problemas, tomando atitudes diante de fatos, investigando, construindo novos conceitos e informações, e escolhendo os procedimentos quando se vê diante da necessidade de resolver questões.

3 CURRÍCULO

O currículo é um dos elementos norteadores do projeto político pedagógico. É no projeto que detalhamos como se organiza o processo de produção do conhecimento da escola. É também um dos elementos que mais geram polêmicas no processo de construção desse projeto porque suscita questões importantes, tais como: quem define o quê, e como a escola deve ensinar?

Portanto, quando não analisamos o currículo e não o concebemos como todas as ações desenvolvidas no âmbito da escola, este pode causar conflitos internos gerados pela desarticulação.

Para compreendê-lo, a escola precisa organizar debates e discussões, ampliar valores da cultura e dos grupos sociais a que atende, permitindo, assim, uma integração dos valores tradicionais da sociedade.

Outro fato relevante a se considerar a respeito do currículo, é a existência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998), que, apesar de sua elaboração dar-se-á fora do espaço escolar, alheio às especificidades da comunidade local, este deve ser parte integrante do currículo e trabalhado no dia-dia da escola, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais.

A Escola Municipal Professora Ana Moraes Pessamílio prioriza os educandos a todo momento. No início de cada ano é realizado um diagnóstico em todas as turmas para saber quais os direitos de aprendizagem os alunos adquiriram, e, após, iniciar os trabalhos de planejamento e intervenção.

A partir deste ano foi adotado pela instituição o PIP (Plano de Intervenção Pedagógica) onde a recuperadora, a eventual e a bibliotecária deverão atender alunos que não adquiriram os direitos de aprendizagem. O PIP também auxilia na sequência didática que prepara os alunos para as provas Brasil e PROALFA.

Outro exemplo de intervenção que pode-se citar é o (PNAIC) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que traça diretrizes curriculares, consideradas como direitos de aprendizagem e devem permear o trabalho do professor alfabetizador nas áreas de letramento e matemática, visando contribuir para a melhoria do ensino aprendizagem.

Portanto, o currículo desta escola não é estático, pronto e acabado. É um currículo dinâmico, que busca trabalhar as diretrizes comuns, atendendo às exigências legais, contemplar as necessidades dos alunos, detectadas após o diagnóstico destes e da comunidade local, e desenvolver questões de ordem ética, moral, e de cidadania.

Os componentes curriculares do Ensino Fundamental, as áreas de conhecimento são: Linguagens, Língua Portuguesa, Língua Materna, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia e Ensino Religioso.

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando, conforme art. 32 da LDBEN 9394/96:

- I- Desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- III- A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumento para uma visão crítica do mundo.
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental, com duração de nove (9) anos, estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais, conforme a resolução SEE nº 2197/2012.

- I- Ciclo da Alfabetização, com duração de três (3) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano.
- II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano.
- III- Ciclo Intermediário, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 6º e 7º ano.
- IV- Ciclo da Consolidação, com duração de dois (2) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento. Os Ciclos Intermediários e da Consolidação devem ampliar e intensificar gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental.

A Escola municipal Professora Ana Morais Pessamílio, através do Projeto de Intervenção Pedagógica, atende alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, no contraturno, a partir de um diagnóstico prévio dos mesmos.

Os professores alfabetizadores participam dos cursos de formação, ministrados por professores orientadores de estudos, através do PNAIC.

As reuniões pedagógicas são realizadas semanalmente, com duração de duas horas, relativas ao módulo II. Há também reuniões previstas em calendário que deverão objetivar: palestras proferidas aos alunos por pais, profissionais em assuntos específicos; participação na programação de excursões, visitas e aulas especiais de cunho formativo e informativo; formação de grupos de estudos orientados pela escola e dirigidos aos pais; outras sugestões oferecidas pelos pais.

O calendário escolar consta de 200 dias letivos e 800 horas, conforme legislação vigente. Nele estão previstos o início e término de ano letivo, reuniões de planejamento, feriados e recessos, reunião mensal do ciclo e plantão pedagógico, período para matrícula e renovação de matrícula, programação cultural, cívica e pedagógica e férias regulamentares.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Teoricamente, foram criados vários órgãos para ajudar nas tomadas de decisões, mas ainda não foram colocados em prática. Há que se fazer uma reflexão sobre a questão do compartilhamento das responsabilidades das ações desenvolvidas no âmbito da escola e a importância da comunidade se fazer representar. Por mais que se almeje uma gestão democrática, ela ainda não é realidade nesta escola. Pretende-se, ao elaborar este Projeto Político Pedagógico, fazer valer os mecanismos de participação democrática na gestão da escola, como por exemplo, o Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres.

O Conselho de Classe é um órgão que tem poder de decisão, mas não conta com a participação de representantes da comunidade, apenas de “atores internos” da instituição. Composto por todos os professores e especialistas, presidido pelo Diretor, compete ao Conselho de Classe: analisar e sugerir medidas que visem à melhoria do processo ensino-aprendizagem, propor diretrizes com vistas à elaboração do plano geral da unidade escolar, reunir-se, quando necessário e convocado, para assessoramento didático-pedagógico à Direção, e estimular os colegas a desenvolverem atividades pedagógicas integradas.

O Conselho de Classe se reunirá bimestralmente para tratar do desempenho dos alunos. Caberá ao Conselho de Classe decidir ou opinar sobre: a necessidade de classificação ou reclassificação de aluno, a necessidade de anulação ou substituição de prova, exame, teste ou trabalho destinado à avaliação, revisão de prova, teste, exame ou trabalho componente da última avaliação do ano letivo, quando solicitado, medidas disciplinares que lhe forem submetidas para apreciação e parecer sobre planos de curso, programas, livros e material didático, se forem solicitados e aprovação ou reprovação de alunos em situações limítrofes, assim consideradas pela direção.

Nas reuniões do Conselho de Classe serão definidas as estratégias para melhorar o rendimento da turma, comparando resultados e identificando possíveis

falhas no sistema de avaliação ou no procedimento didático que possam prejudicar ou dificultar o processo ensino - aprendizagem.

A análise dos casos individuais definirão a estratégia de reforço e/ou recuperação a serem implementadas.

A aplicação das decisões do Conselho de Classe dependerá de sua homologação pela diretoria.

6 RELAÇÃO DE TRABALHO

A Escola zela por um ambiente agradável e acolhedor, em que as relações sejam pautadas pela ética, solidariedade e reciprocidade. Busca-se criar espaços de reflexão, promovendo o diálogo e a comunicação entre os diferentes segmentos da escola e da comunidade, propiciando assim, a construção de novas formas de relações de trabalho.

A relação com a comunidade, ainda que de forma tímida, pois não há espaços efetivos para a participação democrática, como o Conselho Escolar, deve ser construída na cumplicidade, que respeita e faz valer os direitos e deveres que compete a cada instância. A parceria escola e comunidade é essencial para que se possa obter êxito no desempenho escolar dos alunos e, conseqüentemente, no crescimento da comunidade, pois ela é composta por esses alunos e suas famílias.

A escola valoriza a contribuição da comunidade escolar e, por valorizar e respeitar as particularidades de seus membros, a participação dos profissionais de educação nos eventos de ordem pedagógica programadas pelos diversos segmentos educacionais locais, serão efetivamente viabilizados pela escola, que não medirá esforços para conciliar os horários da escola e dos eventos.

Propõe-se ainda, para melhorar a relação de trabalho, não só dos funcionários e direção, como também da escola e comunidade, a criação da Escola de Pais, onde os mesmos virão à escola, não para ouvir falar de seus filhos, mas para aprender a se relacionar com eles.

As reuniões de pais serão programadas para o final de cada etapa quando serão divulgados os resultados das avaliações, os programas de recuperação e o sistema de reavaliação.

As relações de conflito, envolvendo alunos e/ou professores, quando surgem, são resolvidas de forma a atender ambas as partes, através do diálogo, respeitados os direitos de cada um.

A escola, em parceria com o Conselho Tutelar Municipal, realiza visitas às famílias dos educandos e faz análise sócio econômico cultural com o objetivo de sanar as indisciplinas, as dificuldades de aprendizagem e os conflitos internos.

7. AVALIAÇÃO

Embora o termo avaliação tenha muitos significados, todos eles concentram em um mesmo ponto, ou seja, valoriza um processo, um procedimento, uma ação.

Citando Veiga, (2001, p.33),

A avaliação do projeto pedagógico, numa visão crítica, busca conhecer a realidade escolar, explicar e compreender os seus problemas e suas causas, suas relações com a comunidade externa e com o sistema do qual faz parte, suas opções para mudança. Assim a avaliação se dará com base em dados concretos sobre como está a organização escolar em relação à ação praticada e da própria organização de todo o trabalho pedagógico.

Considerando a avaliação dessa forma é que esta escola realizará avaliação de forma contínua, durante todo o processo de ensino-aprendizagem, e de forma qualitativa ou formativa, objetivando sinalizar ao professor o nível de desempenho da turma prevenindo-o da necessidade da realização de novas estratégias de ensino.

Diagnosticando e avaliando o desempenho da turma para definir a necessidade de complementação de estudo, recuperação ou reforço. Serão proporcionados aos alunos, estudos de recuperação destinados a reduzir a repetência em cada ano.

O reforço escolar, destinado aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, é feito de forma paralela. Os alunos são retirados da sala no seu horário de aula com a finalidade de trabalhar suas dificuldades, com uma duração de 2 horas para cada turma.

A recuperação se destina ao aluno de menor rendimento em cumprimento ao disposto no Art.12, inciso V da LDBEN 9394, de 23 de dezembro de 1996.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

As avaliações de desempenho dos docentes serão realizadas sistematicamente para identificar possíveis desvios na rota da escola, e, quanto antes identificados esses desvios, mais depressa será a volta para o caminho definido.

Todas as ações tomadas pela escola terão o devido conhecimento e consentimento da SME, que deverá certificar-se de que suas ações são para promover o bem comum de toda a instituição, conforme a Constituição Federal, no Art. 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar a gestão da escola e fazer desta um espaço de participação democrática é um grande desafio. O Projeto Político Pedagógico é a mola mestra do processo educacional que ocorre dentro do espaço escolar e amplia-se para fora dela, abrindo novas possibilidades.

Percebe-se a necessidade de realçar a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico, observando as leis estabelecidas pelo sistema de ensino e as necessidades da comunidade escolar e local, tendo objetivos e metas claras. Destaca-se também a participação e envolvimento de ambos, como construção coletiva, instrumento de gestão democrática. Dessa forma, todos consideram-se responsáveis pela implantação e implementação, em sua totalidade.

Citando Veiga, 2001, p.15

[...] Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza o seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola.

Entende-se que este documento, tão importante na organização da instituição, garante a ela, efetivar uma educação de qualidade para todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. É importante lembrar que não é um documento estanque e sim, dinâmico, flexível, devendo ser analisado e re-elaborado anualmente, pois a sociedade está em constante transformação e apresenta outras demandas à educação.

A elaboração deste documento, se de forma participativa, é o primeiro passo para a democratização da gestão escolar. Ainda não é findo, é um processo em construção.

A partir desta análise pôde-se perceber o quanto ainda precisa-se refletir, discutir e criar mecanismos para avançar, com ações concretas, rumo a uma gestão democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete M. L. de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010, disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez, 1996.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, DF: MEC/SEF, 2002.

DE ROSSI, V. L. **Gestão do projeto político pedagógico: entre corações e mentes**. São Paulo: Moderna, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 2197/12**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de ensino aprendido e projeto pedagógico**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. In:_____. **Escola: do espaço do projeto político pedagógico**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.